

*Luís Pa.*

RR - Quem é que pensa que é?

- Sou uma mulher muito simples, ligada muito profundamente e com as mesmas características que as mulheres do meu País. Sou, sem dúvida, uma portuguesa típica e sou fundamentalmente e profundamente uma católica empenhada, desde a juventude, em tudo aquilo que me aparece como um convite ao exercício na minha responsabilidade.

RR- Existe em muitos sectores curiosidade e polémica à volta da personalidade da eng<sup>a</sup>. Maria de Lurdes Pintasilgo, por várias razões. Por exemplo, uma delas foi ter feito parte da Câmara Corporativa, no tempo do prof. Marcelo Caetano. Terá defendido a política colonial do governo antes de 25 de Abril dois meses antes. Pouco tempo depois era membro do governo de Vasco Gonçalves. Agora aparece a candidatar-se à Presidência da República. Porquê? O que é que a faz "andar"?

- Há aí algumas informações que não são exactamente correctas e por isso gostaria de esclarecer. De facto em 1969 o prof. Marcelo Caetano, que eu conhecia desde o tempo da Universidade, tendo-lhe sido apresentada pelo meu prof. de Economia Política, o famoso Daniel Barbosa, porque eu estava entre o grupo dos alunos que mais se interessavam e de alguma maneira mais trabalhavam no domínio da Economia Política, convidou-me para fazer parte

1 da Assembleia Nacional. Recusei porque, como se recor-  
da, nessa altura a participação na Assembleia era na base  
se do partido único e apesar disso o prof. Mar-  
celo Caetano insistiu numa colaboração minha e pediu-me  
para a Câmara Corporativa. Aceitei na medida em que a  
5 Câmara Corporativa era um órgão consultivo, técnico e  
com uma clara liberdade de expressão das minhas opiniões  
políticas. O certo é que se lermos as actas das reuniões  
e dos vários pareceres da Câmara Corporativa, entre 1969  
10 até ao 25 de Abril, se encontrarão praticamente em quase  
todas as leis em que participei votos de vencida, como  
então se chamava, com a declaração correspondente.

E singularmente, ao contrário da informação que  
me foi fornecida, pelo contrário eu não só não defen-  
15 dix a política nacional como propus como condição ao  
prof. Marcelo Caetano a necessidade de se encontrar uma  
solução política para o problema de África. A isso me  
conduzia muito naturalmente a minha experiência inter-  
nacional visto que durante cinco anos tinha estado a coor-  
20 denar equipas trabalhando em todos os continentes ao ní-  
vel do desenvolvimento e estava extremamente influencia-  
da e muito marcada pelo movimento dentro dentro da Igre-  
ja Católica que a partir de 1957 com a Encíclica "Fideo  
Donno" tinha feito um grande apelo a todos os católicos  
25 para o interesse acrescido relativamente às jovens Igre-  
jas em África. Daí que a minha posição tenha sido uma



1 posição muito clara pela autodeterminação e pela negocia-  
ção com os Movimentos de Libertação. E nisso devo dizer  
que, embora de uma forma muito recatada ou resguardada,  
o prof. Marcelo Caetano me apoiou inteiramente.

5 Além disso no exercício dessa função, como procura-  
dor à Câmara Corporativa, alguns dos aspectos sobre os  
quais tive que me manifestar foram as leis de liberdade  
religiosa, das rendas, da liberdade de Imprensa e a Lei  
relativa à proposta do último Plano de Fomento, o Plano  
10 de Desenvolvimento no regime deposito. Em todas essas leis  
exprimi, com notas discordantes, a minha opinião e foi  
exactamente essa opinião, conhecida através do Diário  
do Governo de então, que me tornou conhecida dos princi-  
pais agentes políticos do 25 de Abril.

15 RR - E a participação nos Governos provisórios lo-  
go a seguir?

- Insere-se exactamente numa continuidade comple-  
ta. Eu via o sistema bloqueado por não se resolver o pro-  
blema do Ultramar e consequentemente os outros problemas  
20 nacionais não tinham saída possível. Todos os nossos re-  
cursos se esgotavam nessa guerra que ia contra a nossa  
própria liberdade e a liberdade de outros povos. Imedia-  
tamente após o 25 de Abril... ~~em~~ naturalmente o 25 de  
Abril aparece em primeiro lugar como um golpe de Estado  
25 das Forças Armadas a dizerem "não é possível uma solução



1 militar", nós que há 13 anos estamos no terreno, é neces-  
sária uma solução política. Eu participo, a convite não  
só dos militares de Abril mas ao que parece e ao que  
sei tendo aparecido em várias listas de grupos que foram  
5 contactados, nomeadamente a SEDES e outros grupos, com  
uma personalidade possível e vi nessa altura que era o  
momento em que se podia inscrever uma nova política e  
nomeadamente uma nova política social. Daí eu ter acei-  
tado o ser secretária de Estado da Segurança Social e  
10 logo a seguir ministra dos Assuntos Sociais. Quando to-  
mei posse, sobretudo do cargo de ministra dos Assuntos  
Sociais, nós tínhamos em Portugal 1 milhão e 400 mil  
idosos, cuja maior parte não recebia sequer nenhuma pen-  
são, nenhuma pensão de velhice ou nenhuma reforma e aque-  
15 les que recebiam eram quantias insignificantes. Só atra-  
vés da Misericórdia de Lisboa existiam alguns ~~pi~~ milha-  
res.

RR - As Misericórdias foram nacionalizadas no mo-  
mento em que estava no Governo?

20 - Aí está outro equívoco que gosto de esclarecer.  
Eu não nacionalizei as Misericórdias de modo algum. As  
Misericórdias, através dos seus ainda Provedores do tem-  
po do regime anterior ao 25 de Abril, pediram um encon-  
tro comigo, quando era secretária de Estado e com o se-  
25 cretário de Estado da Saúde, no sentido de se libertarem



RUBRICA DA PEÇA:

C

-5-

1 do encargo dos hospitais, sobretudo quando se tratava  
de hospitais já com uma grande dimensão, vendo que ca-  
bia às Misericórdias desenvolver grupos e instituições  
de solidariedade como se vieram a chamar mais tarde,  
5 nomeadamente lares para a terceira idade, centros de  
convalescença, infantários, mas não hospitais que re-  
queriam um grau de gestão e uma <sup>especialização</sup> ~~especialidade~~ já mui-  
to grande.

A partir daqui o que é que eu tive que fazer. O  
10 decreto publicado e assinado por mim em Outubro de 1974  
apenas integra os Hospitais Distritais na rede nacional  
do Serviço Nacional de Saúde. Devo dizer que este decre-  
to discutido com a Conferência Episcopal através do seu  
representante para esta negociação com o Governo de en-  
15 tão, nomeadamente comigo e com o meu secretário de Es-  
tado, dr. Henrique Santa Clara Gomes e com a Directora-  
-Geral sr<sup>a</sup>. D. Raquel Ribeiro, todos os três católicos  
até por acaso e a representante do Episcopado, sr. D.  
Manuel Falcão, deu o seu pleno assentimento e corrigiu  
20 o último texto de tal maneira que não se pode dizer de  
modo nenhum que esse texto seja uma nacionalização das  
Misericórdias.

25 Mais tarde isso veio a ser usado por outras pes-  
soas de que era uma nacionalização e que o Estado tinha  
que indemnizar as Misericórdias. É uma interpretação  
completamente abusiva daquilo que aconteceu.



1 RR - Anunciou a intenção de se candidatar à Presi-  
dência da República. Já tem alguma data ~~xxxxxx~~ marcada  
para um anúncio formal ou não?

5 - Não. Neste momento não. Naturalmente neste mo-  
mento as atenções do País convergem todas para elei-  
ções legislativas e embora entenda que na importância  
relativa das coisas as eleições presidenciais têm o  
primeiro lugar, julgo que se deve dar o maior respeito  
e o maior cuidado à evolução normal da preparação das  
10 eleições legislativas.

RR - Portanto está na expectativa dessas eleições  
legislativas que, em sua opinião, vão privilegiar a  
acção política nos próximos tempos, deixando para se-  
gundo plano as eleições presidenciais?

15 - Bom. Vamos lá pôr as coisas como elas são. Estas  
eleições legislativas aperacem ao fim e ao cabo porquê?  
Por um problema que inicialmente decorre das eleições  
presidenciais. É exactamente pelo desacordo existente  
no bloco central quanto à possibilidade de um candidato  
desse bloco central, permissa não dáta mas que estava  
20 presente na coligação em 83, é justamente desse desa-  
cordo que nasce a crise a que temos vindo a assistir  
e, portanto, que no/~~tempo~~ termo dessa crise o sr. Presidente  
da República decide as eleições legislativas.

25 Quando digo que elas são importantes não quero



Fundação Cuidar o Futuro

dizer por isso que no meu ponto de vista e em particular a minha candidatura fique em "banho Maria", apesar de eu me chamar Maria, pelo contrário.

RR - Quando se deu como certa que se iria candidatar à Presidência da Republica havia dois candidatos quase certos, o dr. Mário Soares e o general Firmino Miguel. Mais tared o general Firmino Miguel veio a dizer que não se candidatava naquela altura, não quer dizer que não se venha a d candidatar e aparece o prof. Freitas do Amaral. Estas ~~estas~~ desistências, estes <sup>procedi</sup> ~~procedi~~ mentos não condicionam de alguma forma as condições políticas da sua candidatura?

- Naturalmente que uma candidatura tem que ter sempre em Fundação Cuidar o Futuro conta os outros candidatos presentes. É uma dado de equilíbrio de forças, de possibilidades de vitória ou não.

RR - Ficou contente com a desistência do general Firmino Miguel?

- Não ponho o problema dessa maneira. Para mim a candidatura à Presidência da República, da minha parte, aparece com características completamente distintas dos outros candidatos. É uma candidatura que se baseia numa análise dos factos ocorridos em Portugal nos últimos dez anos e que tenta responder noutro plano e espera poder responder noutro plano a uma fase da vida política



1 portuguesa. Daí que a comparação de que a maior ou menor  
dificuldade com este ou com aquele candidato seja de  
certa maneira pouco significativa.

5 RR - Portanto pensa que está a outro nível em  
termos da luta política para as presidenciais?

- Sim noutra conjunto de coordenadas. A minha can-  
didatura não decorre ~~da~~ do desejo, em determinado mo-  
mento, de dizer "quero ser Presidnete da República".  
Isso não faz parte da minha maneira de ser e não é essa  
a realidade. Em primeiro lugar decorre do aparecimento  
10 de pessoas concretas que em vários sítios do País dizem  
" a senhora é portadora de uma certa maneira de viver  
a política", é importante que essa maneira de viver a  
política seja transmitida ao nível da Presidência da  
República e depois decorre da minha própria análise e  
15 estudo sobre a situação concreta do nosso País.

O que é que a gente verifica. Ao fim de nove go-  
vernos constitucionais nós verificamos que os salários  
reais das pessoas baixaram mais de 20 por cento desde  
20 76 até agora. Verificamos que em 1984 o investimento  
industrial, isto é, a possibilidade de criar riqueza  
para ser distribuída essa riqueza, baixa 35 por cento.  
Isto é, o funcionamento das instituições políticas em  
vez de permitirem maior bem-estar, melhoria de vida,  
25 criação de empregos, outra situação em termos de desen-



Fundação Cuidar o Futuro

1      volvimento, pelo contrário pareceu afunilar a vida dos  
portugueses. E perante isto eu tenho uma atitude.

RR - Mas não é responsável também por essa situação  
como personalidade pública e política deste País? 4

5      - Não me considero responsável num sentido global  
não. Tive apenas uma intervenção em 1979 como Primeira  
-Ministra, intervenção essa que, embora tenha muito  
da minha visão da política, como sabe, foi não só mal  
entendida mas deliberadamente ~~de~~ ~~por~~ ~~pada~~. E porquê? E  
10      porquê? Justamente porque eu não entro nos jogos polí-  
ticos e o meu objectivo é democracia sim mas para reali-  
zar o desenvolvimento deste País. Isto é, para criar  
riqueza, para criar segurança, para que nós tenhamos  
confiança nas nossas próprias possibilidades para um  
15      aproveitamento total dos nossos recursos naturais e é  
isso tudo que está em causa também na minha candidatura.

RR - A dissolução da Assembleia da República foi  
decidida pelo Presidente da República e a eng<sup>a</sup>. Maria  
de Lurdes Pintasilgo não concorda com essa decisão?

20      Deixe-me voltar atrás no meu ponto de vista, nesta  
análise que estou a fazer, é que nós até agora temos  
tentado, na vida portuguesa, resolver as/ diferentes situações  
crises que se têm posto mas apenas em termos de um fun-  
25      cionamento mecânico das coisas. Os partidos tentam en-  
tender-se entre si; o Presidente da República recebe



1 os partidos. Depois os partidos não se entendem. Deci-  
são, dissolução da Assembleia e, obviamente, como tem  
acontecido várias vezes a Assembleia não difere em gran-  
de medida da precedente. O que está em causa em Portu-  
gal não é só este funcionamento que eu chamo mecânico,  
5 das instituições democráticas. O que está em causa é a  
ligação do funcionamento dessas Instituições, da Assem-  
bleia da República, do Governo e os objectivos próprios  
de uma sociedade. Como é que Portugal pode não estar em  
10 crise se nós não temos sequer um plano. Isto é, um con-  
junto de normas, de regras pelas quais os agentes eco-  
nómicos se possam decidir e relativamente às quais cada  
cidadão possa ter a possibilidade de olhar para o fu-  
turo com confiança, dizendo ~~trabalho~~ trabalho tantos anos,  
15 terei uma reforma de tanto ao fim desses anos, ou sou  
jovem tenho possibilidade de emprego neste ou naquele  
domínio. Aí é que está a crise.

RR - Regras há. Não conanda é com algumas delas?

20 - Não. Não há regras. Há um imediatismo. Há  
um conjunto de leis a curto prazo que não são suficien-  
tes para evolução da vida económica. Na agricultura não  
é por uma lei momentânea sobre o preço dos adubos que  
o problema da agricultura se pode resolver. Precisamos,  
para que um solo possa produzir uma nova cultura, de  
25 cinco anos.



1 RR - Preciza de se saber o que é que há-de ser da  
agricultura daqui a 20 anos ou 40 anos em Portugal e pa-  
ra isso elaborar legislação que permita criar condições  
para isso, por exemplo?

5 Não. Nem só. Precisamos de saber exactamente tanto  
na agricultura como na indústria, aquilo que devemos  
produzir, isto é, aquilo de que ainda temos necessidade  
internamente. Que mercado é que existe internamente para  
determinar a nossa produção e, olhando à nossa volta  
10 nos possíveis mercados internacionais, quais são as  
brechas onde podemos fazer entrar os nosso produtos. E  
olhe que temos, por exemplo, em Trás-os-Montes, um gran-  
de exportador de castanhas. Isto é, há no nosso País  
homens com iniciativa capazes de encontrarem essa bre-

15 chas e esses furos para colocar os nosso produtos. Quando  
falo em plano, refiro-me a um conjunto de orientações  
a definir, não só pelo Governo, mas sobretudo, como  
diz a Constituição, por todos os cidadãos através do po-  
der local, através das organizações sócio-profissionais  
20 e de trabalhadores e através dos representantes dos in-  
teresses económicos. A nossa crise está, sobretudo, aí.

RR - Está na falta de participação e de mobiliza-  
ção dos grupos sociais?

25 - Absolutamente. E na falta de execução da parte  
dos órgãos de soberania de um plano que nos permita



dizer para onde é que vamos e o que é que queremos.

RR - Quanto às próximas eleições depreende que não vão resolver nenhum desses problemas. Os partidos são os mesmo, excepção de um, o PRD. Pelo que vejo o PRD também não vai alterar qualitativamente esta situação na sua opinião?

- Eu tenho sempre esperança de que haja uma modificação no entendimento da situação. Penso que, neste momento, tal como nós, como todos os cidadãos, também os dirigentes dos partidos políticos devem ter compreendido que só esse tal funcionamento e modificações. Ou se faz uma coligação com um ou com outro, está de certa maneira esgotado e que não é isso que resolve basicamente os problemas, como muito bem disse.

RR - Portanto, aparecimento, concorrer às eleições e vencer ou não, por parte do PRD isso não alterará qualitativamente esse tipo de situação da forma de resolução e do apelo à participação dos problemas do País.

- Por um lado o aparecimento do PRD pode alterar. Se o PRD aparecer claramente com uma perspectiva de plano a médio prazo e dos mecanismos e estruturas necessárias para que esse plano se possa efectivar. Eu considero que este período, uma vez que o sr. Presidente da República tomou a decisão de dissolver a Assembleia, é extremamente importante. É a oportunidade que têm os



Fundação Cuidar o Futuro

partidos de encontrar as grandes zonas de entendimento.  
Aí coloco-me então já como candiadaat à Presidência  
da República.

RR - Grandes zonas de engendimento. Algo que nós  
une e que não nos separa. Há quem a responsabilize de  
ser a autora da maior divisão no denominado movimento  
eanista ao decidri candidatar-se?

- Quera dizer, cada pessoa porque existe divide,  
e é uma pessoa que, enfim, tem que se contar com elea,  
o problema é esse. Nós terminamos agora um ciclo. O  
sr. Presidente da República disse-o no Porto, nas come-  
morações do 10 de Junho. É um cilco que termina e um  
novo cçiclo que se pode abrir. Termina um ciclo que não  
temos que ver com excessivo dramatismo, excepto para  
grande quantidade de pessoas que não têm emprego, que  
não recebem salários, que têm fome e são muitas por  
este País fora. Temos que ver que um País que sofreu  
as rupturas que Portugal sobreu necessariamente tem um  
período, os livros dizem ser de 10 a 12 anos, em que  
acontece exactamente o que aconteceu no nosso País.  
Uma grande instabilidade ao nível do poder político  
como se tivéssemos uma agulha de uma bússola desorien-  
tada em que ainda não se sabe muito bem onde é que es-  
tá o Norte.

Neste momento, esgotadas que estão todas as pos-



sibilidades de coligações, dentro do quadro parlamentar, a introdução de um novo partido vai, sem dúvida, trazer elementos novos, mas vai também tornar difícil essas coligações uma vez que não é previsível que, neste momento, qualquer partido venha a ter uma maioria absoluta que lhe permita governar sozinho. Então o que é de facto indispensável é que este tempo seja consagrado por todos, pelos partidos políticos, mas no meu caso e por todos aqueles que me apóiam é essencial, e um tempo privilegiado para encontrar as grandes zonas de entendimento entre os partidos políticos visto, não através das palavras com que jogos de poder se manifestam, através de entrevistas e dos meios de comunicação mas vistos através dos próprios programas de Governo.

O estudo que tenho feito sobre os nove programas de governo apontam medidas praticamente idênticas. Se não dissermos de quem é aquele governo não sabemos à priori de quem é. Isto é, há de facto umas zonas de entendimento.

RR - E então porque é que não se implementam essas medidas e porque não fazem parte de uma estratégia comum?

- Essa é a grande questão. E essa é uma questão tão importante que ela é determinante na minha candidatura. O que eu quero é tornar isso claro para os por-



Fundação Cuidar o Futuro

1 tugueses, porque o que me parece que tem prejudicado  
a não existência dessa estratégia a partir de medidas  
quase idênticas e muito próximas umas das outras tem  
sido de facto uma ausência de vontade política. A ausên-  
5 cia da capacidade de uma vez aprovado um programa de go-  
verno pelo Parlamento é do estrito dever dum governo  
de pôr em execução esse programa. Penso que essa ausên-  
cia de vontade política se tem vindo a acentuar é ela  
é indispensável. É indispensável que/tem o poder o exer  
10 ça.

RR - Portanto é uma pessoa com esperanças que os  
partidos actuais e ~~ma~~ o novo ou novos que apareçam che-  
gue o momento em que digam: há aqui algo de comum entre  
nós vamos tentar construir isto. Tem essa esperança. Co-  
15 mo Presidente da República vai lutar por isso também?

- Tenho essa esperança, mas não uma esperança in-  
génua. Isto é, considero que isto é muito difícil porque  
uma das razões porque não existe essa estratégia é o  
facto de se sobrepor às medidas concretas que dizem  
20 respeito ao bem dos portugueses, à melhoria do sue nível  
de vida, à criação de maior riqueza, o continuo jogo de  
poder e das relações de forças entre os vários partidos  
é às vezes dentro do mesmo partido várias pessoas cujos  
diferenças nem sequer são muito perceptíveis em termos  
25 de projecto, não sabemos porque é que não estão de acor-  
do com os outros.



1 Por isso a minha candidatura e uma candidatura que  
assenta no ponto de partida nisto. Se o Presidente da  
República é garante do regular funcionamento das Insti-  
tuições democráticas, como diz a Constituição, então  
5 é indispensável, em primeiro lugar, que o Governo gover-  
ne, que a Assembleia da República exerça as suas com-  
petências próprias e nomeadamente em termos de fiscali-  
zação dos actos do Executivo e em segundo lugar é fun-  
damental que o P.R. entenda também - eo meu programa  
10 assim o entenderá- que esse regular funcionamento não  
inclui apenas os órgãos de carácter estritamente polí-  
tico mas inclui também os órgãos de carácter económico  
e social.

RR - As pessoas que a estão a ouvir com certeza  
15 que não terão muitas críticas a fazer aquilo que está  
a dizer, visto que está a apelar a soluções consensuais,  
à resolução dos problemas do País, etc., Só que... há  
um problema. Quando for Presidente da República, caso  
seja eleita, dê-me aí um exemplo que implique um pro-  
cesso legislativo.  
20

Um exemplo muito claro. Nós todos temos a experiên-  
cia do que é o funcionamento dos Serviços Públicos. Se  
queremos tratar de um imposto, se queremos ir à Repar-  
tição de Finanças, se queremos tratar da nossa saúde  
25 e queremos um contacto com os serviços médico-sociais.



Fundação Cuidar o Futuro

1 Nós tocamos num problema que é a tremenda, quase para-  
disiaca, o enferrujamento da Administração Pública que  
os funcionários públicos são os primeiros a estar cons-  
cientes, com a enorme sobrecarga de burocracia. Se olhar-  
5 mos para aos programas de todos os governos, esses pro-  
gramas são praticamente coincidentes quanto as medidas  
necessárias.

RR - Mas também sabe porque é que não se tomam  
essas medidas.

10 - Mas a Administração Pública é feita também de  
portugueses patriotas e conscientes. No contacto que  
tenho com os funcionários públicos sei que a maior  
parte não pode estar satisfeita justamente por não es-  
tar a realizar aquilo que é o seu próprio trabalho, que  
15 é o serviço do público, aliás, constitucionalmente está  
bem claro.

RR - Concretamente. Como Presidente da República  
obrigaria a Assembleia e os governos a tomarem medidas  
concretas como, quando não pode constitucionalmente fa-  
20 zer isso?

- Evidentemente que não. O que me parece que é  
indispensável/é nessa óptica que se coloca a minha  
candidatura à P.R. é uma interpretação e uma postura  
de uma candidatura à P.R. que assuma logo à partida as  
25 grandes omissões constitucionais.





- Está exactamente a dar a resposta certa. Simplesmente eu retirava-lhe não ser só. É que exactamente o papel do P.R. é de reunião, de congregar esforços. Se à partida me apresento aos eleitores com uma perspectiva que é o desejo de que seja desbloqueada a sociedade portuguesa e que de facto esta instabilidade concreta em que estamos a viver consiga ser ultrapassada, por pôr em execução as linhas da Constituição, então nesse caso há condições psicológicas e condições políticas no caso de eu ser eleita, e estou convencida que sou porque os portugueses pensam desta maneira, para que os partidos políticos e todos os outros agentes sociais e políticos se possam enquadrar dentro desses princípios.

## Fundação Cuidar o Futuro

RR -

- As situações políticas e o mal da vida política portuguesa é pensarmos sempre no condicional. Estamos sempre a dizer e se acontecesse isto e se acontecesse aquilo. Estamos há dois anos a pensar assim e os problemas do dia-a-dia não estão a ser resolvidos.

RR - É precisamente o contrário. É que as pessoas apesar de tudo já têm 10 anos de regime democrático e que quando colocam estas questões querem saber que garantias é que aquela pessoa que é candidata à presidência lhes oferece para que se cumpra o seu projecto



1 ou aquilo que pretende que se faça por este País. Se  
uma Assembleia não corresponde ao projecto que apresen-  
ta ao país ou se provar ao longo de meses que não cor-  
responde, o P.R. neste caso a eng<sup>a</sup>. Maria de Lurdes  
5 Pintasilgo, dissolve o Parlamento. É uma medida.

- É uma medida, mas é uma medida que o P.R. só po-  
de utilizar numa situação limite, quando esgotadas to-  
das as outras soluções. E o P.R. tem muitos outros ins-  
trumentos ao seu alcance que pode utilizar. Há aqui um  
10 aspecto importante que eu gostaria de sublinhar que faz  
parte da minha proposta de política, eu não conto uni-  
camente com os chamados agentes políticos, ou órgãos  
políticos. Um P.R. que intervem na vida política, para  
cumprir e fazer cumprir a Constituição tem que ter e  
15 promove simultaneamente a participação dos cidadãos.  
Por isso é que a nossa Constituição afirma logo no Artigo  
2º. a necessidade de aprofundar cada vez mais uma de-  
mocracia participativa. Nós temos toda a experiência de  
20 10 anos de vida democrática, mas de vida democrática  
entendida apenas no seu mecanismo formal. Vamos votar  
e depois há uma série de pessoas em quem delegamos o  
poder.

RR - Mas a democracia representativa é assim. As  
25 pessoas votam e depois julgam porque são pessoas adul-  
tas.



Fundação Cuidar o Futuro

- Mas é que a nossa Constituição não comporta a  
 esta vertente da democracia representativa.

RR - Considera que as pessoas devem participar  
 através dos organismos e estruturas próprias do regi-  
 ma ao qual apelo à participação é constante no seu  
 curso. O que é que isso significa, por exemplo, numa  
 empresa?

- Numa empresa pode significar muitas coisas. Numa  
 empresa e aí situo-me claramente na doutrina social da  
 Igreja, isso significa que os objectivos da empresa  
 não ser decididos por todos aqueles que fazem parte  
 da referida empresa. A empresa é uma comunidade. Sendo  
 comunidade, os seus objectivos, quer sejam sociais,  
 económicos e comerciais, devem ser decididos em conjunto.  
 E tanto devem ser necessários representantes de to-  
 dos os sectores que integram a empresa. Isto não são teo-  
 rias de hoje, são de há muita dezenas de anos.

RR - Os empresários não olham com muito bons olhos  
 a sua sugestão.

- A sugestão não é minha. É o princípio fundamen-  
 tal da cogestão presente em países que conseguiram um  
 envolvimento muito rápido - caso da RFA - e um prin-  
 cípio fundamental também a doutrina social da Igreja  
 que nos esquecemos muito. Aproveitamos muitas vezes  
 aspectos da doutrina da Igreja e deixamos outros adorme-  
 cidos.



Fundação Cuidar o Futuro

1 Gostaria de reforçar ainda este aspecto das formas  
sociais e dos movimentos sociais. Nós não estamos apenas  
em democracia porque votamos regularmente. Estamos em  
democracia quando participamos a todos os níveis da  
5 nossa existência, ao nível da nossa freguesia, ao nível  
das escolas em que estão a estudar os filhos, ao nível  
da Empresa, de organizações culturais, sociais, etc.  
É essa participação que é fundamental relativamente à  
qual o P.R. tem, sem dúvida, um papel muito importante.  
10 E para não ~~esquecer~~ esquecer ainda mais uma outra re-  
lação em que, por exemplo, o general Eanes teve um pa-  
pel importantíssimo, que é a relação entre o P.R., como  
órgão de topo e poder local, todos aqueles que represen-  
tam localmente as verdadeiras necessidades e aspirações  
15 da população portuguesa.

RR - Mas ele não apelou a formação como se depreen-  
de do seu raciocínio, de comissões de moradores, de co-  
missões de estruturas embrões de base. O Presidente  
Eanes não apelou nesse sentido, apelou ao reforço do  
20 poder local nas estruturas políticas criadas como resul-  
tam da Constituição.

- Na Constituição as próprias estruturas do po-  
der local têm os seus órgãos legislativos e executivos  
e têm órgãos consultivos. O chamado Conselho Consultivo,  
25 constituído por todas as associações culturais e sociais,  
profissionais e económicas que desejem participar nesses



Fundação Cuidar o Futuro

1 Conselhos Consultivos. Simplesmente, praticamente não  
funcionam em nenhuma autarquia.

RR - Como é que se concilia isso. eE não estou a dizer  
que é inconciliável ou não, com a Europa comunitária  
5 que não é predominantemente esse tipo de democracia  
participativa, nam este tipo de apelo na CEE. Neste mo-  
mento na Europa apela-se ao esforço das instituições  
existentes e não a este outro segundo plano.

10 - A Europa ao nível da CEE está neste momento fa-  
zendo face às suas instituições enquanto Comunidade,  
ao nível agora dos Doze, que como sabemos tem tido nu-  
merosas dificuldades de funcionamento e um grande atra-  
so no cumprimento de prazos e na resolução de alguns  
problemas. Mas por outro lado se verificarmos o que se  
15 passa ao nível dos vários países que integram a CEE,  
verificamos que há uma enorme proliferação de Associa-  
ções de grupos que também tentam resolver localmente  
os seus próprios problemas, completando a acção da de-  
mocracia representativa. Isso é exactamente claro quer  
20 se trate de problemas habitacionais, de emprego, de proble-  
mas culturais.

RR - A integração de Portugal na CEE para a eng<sup>a</sup>.  
25 Maria de Lurdes Pintasilgo, é um acto positivo com con-  
sequências positivas para Portugal onde não tem receio,  
por exemplo de uma certa diminuição das estruturas ou



das regiões sociais que se deveriam fortalecer no plano cultural, económico e político.

- É sem dúvida uma adesão que eu enquanto Chefe do Governo também assumi. Considero que tem um aspecto simbólico importante e estou inteiramente de acordo e regozijo-me com a carta do sr. cardeal patriarca de Lisboa relativamente à nossa adesão à CEE. Para mim também, enquanto católica, devo dizer que faço parte da chamada grupo de Reflexão Ecuménico ao nível da CEE muito antes de Portugal participar na CEE, à cerca de 7 ou 8 anos. Desde que o Grupo se formou, portanto, com os católicos e protestantes dos países da CEE tenho mantido um contacto muito regular e este respeito. Sem dúvida que é, em primeiro lugar e situação agora enquanto católica, um aspecto muito importante de solidificação de laços, mas é simultaneamente também uma possibilidade de aproximação da nossa identidade cultural na Europa. Chegou o momento, penso eu, na nossa vida pública e no nosso relacionamento internacional de nos manifestarmos como aquilo que somos. Um País com mais de oito séculos de História, um país que foi o primeiro na Europa a ter as fronteiras que hoje tem de uma forma digna ao longo de toda a sua História, preservando a sua independência, os seus valores próprios, é mais do que tempo que sejamos capazes de contribuir para a construção da Europa com esses valores que são nossos.



1 Simultaneamente há dificuldades e riscos nessa nos-  
sa adesão. Parec-me que e aí não devemos deixar de  
acentuar esse aspecto, a decisão de adesão à CEE foi  
uma decisão política e nem sempre, como aliás alguns  
5 ministros agora vêm dizer, os seus aspectos foram tra-  
tados de forma adequada. Parece-me por isso que é de  
uma urgência imediata que tentemos definir como é que  
vamos produzir, como é que a nossa agricultura vai  
sobreviver. Como é que as nossas pequenas e médias em-  
10 presas (mais de 85 por centodas empresas portuguesas)  
vão conseguir sobreviver no espaço europeu. Isto é  
fundamental porque dentro de 7 anos nós teremos que  
passar a dar dinheiro para a CEE e só podemos dar se  
entretanto tivermos mais riquezas, se não as consequên-  
15 cias serão sem dúvida muito graves.

Daí que me pareça importante sublinhar a par da im-  
portância do nosso contributo para a construção da Eu-  
ropa, esse conjunto de dificuldades que podem, sem dú-  
vida, ser superados, sobretudo se todos os nossos di-  
20 rigentes e se à frente do Estado se encontrarem pessoas  
que põem acima de tudo os interesses nacionais, a de-  
fesa daquilo que somos, da nossa identidade própria,  
dos portugueses onde quer que eles se encontrem.

RR - Ao longo desta conversa tenho notado que  
25 refere muito o termo católica. A propósito de muitas



1 questões tem a preocupação de dizer isso?

- Estou numa emissora católica e presumo que a grande maioria dos ouvintes são católicos e portanto é esse o nosso ponto comum fundamental.

5 RR - Uma questão importante durante os últimos tempos que exigiu, em certa medida, a intervenção da Igreja portuguesa foi o debate a propósito do aborto e a propósito da iniciativa legislativa para tentar legislar sobre o aborto em casos específicos. É contra o aborto?

- Tenho-o afirmado claramente e inequivocamente.

10 RR - A questão fundamental é que se concorda com essa iniciativa legislativa?

- A candidata à Presidência da República não tem Fundação Cuidar o Futuro que concordar ou que discordar das leis existentes, Se se candidata, é no respeito da legalidade democrática, portanto tem que cumprir e fazer cumprir as leis existentes.

15 RR - Porque é que não interveio nessa altura publicamente, quando o debate era se devia legislar ou não. Até pessoas que defendem um certo tipo de legislação pensaram que ~~em~~ num determinado momento não se devia trazer para debate na sociedade portuguesa esse tipo de questões.

20 RR - Estavam suficientemente claras as várias posi-



... as paradas. ~~10~~

E profundamente imoral que se estabilize  
a guerra do aborto com objetivos meramente  
políticos.



Fundação Cuidar o Futuro

ções existentes. Como eu então disse, encontrava-me e encontro-me na situação que, enquanto o sr. Presidente da República não promulgou a lei relativa à despenalização do aborto, era eticamente difícil para <sup>me</sup> pronunciar. Mas mesmo que isso não acontecesse não me parecia de modo nenhum indispensável e porquê. Por um lado por se encontrarem já definidas as linhas mestras e as difernetes posições eram claras e por outro lado por ue me recuso a fazer do aborto o único problema político do direito à vida. Há muitos outros aspectos na sociedade portuguesa em que se exprime o direito à vida e que gostaria que nós todos pudessemos pensar, em termos de direito à vida, para o alojamento das centenas de milhar de pessoas (800 mil) que não têm casa, vivem em condições deficientes, daqueles que sofrem com fome, daquelas que não recebem salários ou que estão desempregados.

RR - Não respondeu à minha pergunta. Se fosse P.R. tinha promulgado ou vetado a Lei?

- Não respondo a perguntas na condicional. Um político e na situação política é tal que é prenote o conjunto das forças presentes na sociedade portuguesa que se pode dizer faz-se isto ou faz-se aquilo. Mas quando se detem o poder. Eu não vou incorrer na mesma tentação que encontro na maior parte dos políticos portugueses que é elaborar conjecturas. Isso não é o meu ponto de



1 ~~xi~~ vista. O que faço ou o que não faço é por isso  
que sou julgada.

5 RR - É consultora do P.R.. Decidiu candidatar-se  
à Presidência da República quando é consultora do P.R.,  
não deixou de o ser. Não ~~acha~~ acha que há uma incompatibilidade aí, primeiro e segundo sabendo que há informações que indiciam que o general Ramalho Eanes, não o P.R., não a apoia como candidata presidencial?

10 - Do ponto de vista profissional eu sou actualmente  
mente uma funcionária pública. Faço parte do quadro do  
Ministério dos Negócios Estrangeiros, estou requisitada  
na Presidência da República como consultora. Continuo  
a desempenhar a minha tarefa, isto é, relativamente  
a problemas, tanto internos como externos. De cada vez  
15 que o sr. Presidente deseja ou mesmo sem exprimir esse  
desejo eu entendo que tenho que dar uma opinião, assim  
o faço e não tenho falhado, penso, em nenhuma dessas  
ocasiões.

20 O afirmar-me como candidata à Presidência da República  
é de modo nenhum incompatível com esta função,  
de modo nenhum.

25 RR - mas não deixa equívocos. As pessoas pensam,  
candidata à Presidência é consultora do Presidente,  
para as pessoas menos informadas isso poderá ser um  
equívoco. Poderá indirectamente comprometer o general



Eanes.

- De modo algum. Isso significaria que todos as pessoas que trabalham com o general Eanes teriam que se apagar totalmente na vida politica e desaparecer. Não é esse o conceito. Não é o meu nem é tão pouco o conceito do general Ramalho Eanes, nega a noção dum P.R. Se um presidente quer de facto fomentar a participação de todos então não há de fomentar a participação dos que lhe são mais próximos. E ver com bons olhos a participação aos vários níveis da actividade politica.

O sr. Presidente da República, daquilo que nós conhecemos do seu comportamento, da sua isenção, não é de modo nenhum previsível que apoie qualquer candidato. Eu seria a última pessoa a pedir ao general Ramalho Eanes como Presidente da República, que apoiasse a minha candidatura, de modo algum.

RR - Mesmo num regime democrático e a história ensina, dá exemplos desses, um P.R. antes de ser eleito é escolhido ou nomeado por grupos, partidos. No seu caso o que é que acontece?

- Nós temos vindo a ver que os partidos políticos têm ocupado de uma forma de certa maneira exagerada toda a vida politica, o aparelho de Estado, os meios de comunicação estatizada, etc.. E também relativamente às eleições presidenciais como dizíamos há pouco, até intervieram de tal modo nas eleições presidenciais



1 embora não/tenham dito que se gerou toda a crise po-  
lítica em que estamos actualmente. Se nós olharmos  
para a Constituição é muito importante verificarmos que,  
no capítulo que diz respeito ao P.R., nunca os partidos  
5 políticos são mencionados. Pelo contrário o P.R. é pro-  
posto por um conjunto de cidadãos.

RR - Isso diz a Constituição. Estão a falar  
nas condições objectivas que permitam uma candidatura  
vencer, no plano da negociação com grupos ou partidos  
10 políticos, no plano do financiamento duma candidatura.

- Deixe-me responder ao primeiro aspecto porque  
acho extremamente importante, porque está tocar no cerne  
das razões porque me candidato. Tenho pelos partidos  
políticos o maior respeito e considero que eles são,  
15 evidentemente, as expressões legítimas da organização  
de correntes políticas presentes na sociedade. Os par-  
tidos políticos portugueses, justamente pela tal per-  
turbação intrínseca aos 10 primeiros anos, após uma  
grande ruptura que Portugal viveu, têm reflectido cer-  
tas divisões existentes na própria sociedade portuguesa  
20 e talvez até as tenham acentuado. Sem dúvida que as  
acentuaram.

O meu objectivo, enquanto candidata à Presi-  
dência da República, é justamente ultrapassar essas  
25 divisões.



1 RR - Portanto não conta com esses partidos?

- A questão não ~~essa~~. Conto sem dúvida com numerosos militantes e filiados em partidos políticos.

RR - Mas não com os partidos?

5 - Com os partidos organizados enquanto tal, não.  
Sou uma candidata independente o que não exclui sem dú-  
vidas um contacto, um diálogo e uma possibilidade de  
discussão numa fase mais adiantada do processo, uma  
vez resolvida toda a questão das legislativas, com os  
10 vários partidos políticos sem excepção é evidente.

RR - Admite alguma vez "negociar" a desistência da sua candidatura?

- Não, pela própria natureza da candidatura. É  
15 uma candidatura que resulta da vontade e da decisão de  
escolha e da independência daqueles que me apoiam e  
portanto seria passar-lhes um atestado de menoridade  
política ir negociar eventualmente uma desistência. Não,  
de modo nenhum. Queria apenas acentuar este aspecto  
de uma candidatura independente, repare que é tão im-  
20 portante que nós estamos a ver até fundadores de parti-  
dos políticos, tendo tido enormes responsabilidades à  
frentes de partidos políticos em Portugal, a reclamarem  
agora uma situação de independência.

RR - Então pensa que é a única personalidade in-  
25 dependente a candidatar-se?



1 - Neste momento, sem dúvida. Mas, para além dis-  
so, gostaria de acentuar que me situo também ao nível  
da análise do que se passa no resto da Europa. No resto  
da Europa neste momento há uma procura real e sincera  
5 de homens muito válidos numa linha de independência da  
sua candidatura à chefia suprema do Estado. Penso que  
isto corresponde a uma análise da vida política e à ne-  
cessidade que têm todas as nossas democracias europeias  
de se darem finalidades e de terem à frente do Estado  
10 quem una e não quem separe.

RR - O que considera mais importante neste mo-  
mento?

- Neste momento o que considero mais importante  
é isto: a política é de todos nós, não apenas daqueles  
15 cujos nomes nos aparecem nos jornais ou cujas figuras  
nos aparecem na <sup>T</sup>elevisão todos os dias. Portanto temos  
todos que participar. Nessa participação a responsabili-  
dade dos católicos é muito grande. Todos os papas têm  
chamado à responsabilidade os católicos para a parti-  
20 cipação na vida política. Cabe-nos a todos nós preser-  
var o nosso património nacional, desenvolvendo o orgulho  
de ser portugueses, para além das divisões que têm apare-  
cido na vida política. Além disso parece-me que a nossa  
participação é indispensável que nós todos, e sobretudo  
25 aqueles que nos deixamos conduzir por grande valores



que transcendem as coisas do dia a dia. Possamos exigir  
de todos os que xerçam funções políticas que cumpram  
os seus mandatos, as suas promessas e os seus programas  
porque todos os políticos são afinal pagos por todos  
nós, pelos nossos impostos.

Portanto, é a todos nós, portugueses e portu-  
 guesas, que cabe desolver esta crise, participando com  
 o grande orgulho de sermos portugueses e que, temos sem  
 dúvida para amanhã a possibilidade de construir um País  
melhor. Essa possibilidade está nas nossas mãos.

RR - Já agora uma pergunta que está um bocado fo-  
 ra desta questão. Ontem foi exibido em Lisboa aquele  
 filme "Je vous salue Marie" de Jean-Luc Godard. O que  
 é que pensa desse filme?

- Não vi o filme. Portanto tenho dificuldade em  
 pronunciar-me, mas diria ~~pa~~ apenas uma coisa. Daquilo  
 que tenho lido relativamente a esse filme e a polémi-  
 ca que aqui gerou em Portugal, que ele se inscreve em  
 dois factos que me preocupam. O primeiro é que há uma  
enorme permissividade na exibição de filmes em Por-  
tugal, sobretudo quando vamos para a província. São  
filmes eróticos e pornográficos que são mostrados. Isto  
 parece-me extremamente grave e precisa de ser reflecti-  
 do à luz dos nossos próprios valores. E em segundo lugar  
 apesar de nos dizermos um País católico ainda temos  
 muito a aprender e muito a parofundar relativamente  
 ao que é ser católico no fim do século XX.

